

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S. A

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados 4

Demonstrações dos resultados abrangentes..... 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais..... 8



**Building a better
working world**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 04 de maio de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir



Building a better
working world

relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

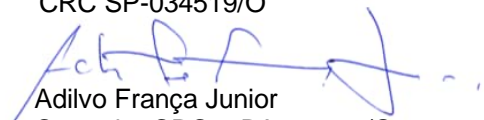
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	96	11.357
Investimentos de curto prazo	3	9.290	-
Contas a receber de clientes		2.312	2.471
Contas a receber de partes relacionadas	4	921	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		132	117
Outros tributos a recuperar		-	77
Outros ativos		3.120	1.520
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		15.871	15.542
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de partes relacionadas	4	-	921
Imobilizado, líquido	5	81.069	85.808
Intangível, líquido		128	162
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		81.197	86.891
TOTAL DO ATIVO		97.068	102.433
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		1.407	1.176
Contas a pagar partes relacionadas		-	16.198
Conta de ressarcimento	6	3.499	7.940
Passivo de arrendamento		5	119
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	4.677	1.363
Encargos setoriais		9	9
Imposto de renda e contribuição social a pagar		103	-
Outros tributos a pagar		247	83
Outras obrigações		300	51
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		10.247	26.939
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Contas a pagar partes relacionadas	4	22.022	15.917
Conta de ressarcimento	6	16.074	14.988
Passivo de arrendamento		3.412	2.650
Provisão para desmobilização		1.659	4.323
Tributos diferidos		-	9.837
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		43.167	47.715
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social subscrito e integralizado		31.223	31.223
Prejuízos acumulados		-	(3.444)
Reserva de lucros		12.431	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	43.654	27.779
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		97.068	102.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	8	21.230	17.983
Custo de produção e operação de energia	9	(8.768)	(12.616)
LUCRO BRUTO		12.462	5.367
Gerais e administrativas		(584)	(850)
Outras receitas (despesas) operacionais		(248)	(1.674)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(832)	(2.524)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		11.630	2.843
Receitas financeiras		1.254	889
Despesas financeiras		(2.447)	(9.072)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	10	(1.193)	(8.183)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		10.437	(5.340)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.788)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		11.540	(1.381)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	11	8.752	(1.381)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		19.189	(6.721)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.189	(6.721)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	19.189	(6.721)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de Lucros					Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de investimentos	Reserva de incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		40.001	(8.778)	498	2.045	734	-	34.500
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(6.721)	(6.721)
Reversão de reservas		-	-	(498)	(2.045)	(734)	3.277	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	40.001	(8.778)	(0)	0	(0)	(3.444)	27.779
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	19.189	19.189
Constituição da reserva legal		-	-	787	-	-	(787)	-
Constituição da reserva de investimentos		-	-	-	9.941	-	(9.941)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	1.703	(1.703)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(3.314)	(3.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7	40.001	(8.778)	787	9.941	1.703	-	43.654

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Atividades operacionais:			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		19.189	(6.721)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9	4.749	6.613
Atualização monetária sobre ressarcimento	10	(182)	-
Juros sobre arrendamento	10	343	219
Juros s/ cessão de recebíveis	10	2.238	8.002
Atualização da provisão para desmobilização	10	(165)	223
Tributos e contribuições sociais diferidos	11	(11.540)	1.381
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	10	(961)	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	5	252	3.690
		13.923	13.407
Variação de ativos e passivos operacionais		(9.745)	7.664
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		797	-
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		(9.158)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(794)	-
Pagamento de juros sobre cessão de recebíveis		(2.238)	(8.002)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(343)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais		(7.558)	13.069
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5	(3.674)	(2.592)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.674)	(2.592)
Atividades de financiamentos:			
Pagamentos de arrendamentos (principal)		(29)	(329)
Pagamento de cessão de recebíveis (principal)		-	(6.810)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(29)	(7.139)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		11.357	8.019
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		96	11.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de Simões, Estado do Piauí, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 18 de dezembro de 2015, e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “Onofre II”.

A Companhia é controlada diretamente pela Ventos de São Tito Holding S.A. e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A. e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Em 08 de agosto de 2022, a AES Brasil Energia S.A. assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Ventos de São Tomé Holding S.A., controladora da Companhia. O processo de aquisição foi concluído em 30 de novembro de 2022

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia Nova (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
5º LER/2013	78/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	16,6

Comercialização de energia

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de setembro de 2015.

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
5º LER/2013	CCEE	139.284	197,27	set/15	ago/35	IPCA	Setembro

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 18 de março de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 da Companhia foram preparadas visando a harmonização contábil com as demais empresas do Grupo AES no Brasil, com isso nomenclatura de rubricas foram alteradas e valores foram reclassificados dentro do mesmo grupo de contas patrimoniais.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	2023	2022
Numerário disponível	96	141
CDB-DI	-	11.216
Subtotal	96	11.357
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
CDB-DI	9.290	-
Subtotal	9.290	-
Total	9.386	11.357

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 101,62% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100% em 31 de dezembro de 2022).

4 PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
<u>Ativo</u>		
<u>Circulante</u>		
Contas a receber - Nota de débito (i)		
Santo Onofre I	921	-
Subtotal	921	-
Outros ativos - Centralização de estoque		
Santo Onofre I	2.047	-
Subtotal	2.047	-
Subtotal circulante	2.968	-
<u>Não Circulante</u>		
Contas a receber - Nota de débito (i)		
Santo Onofre I	-	921
Subtotal	-	921
Subtotal não circulante	-	921
Total do ativo	2.968	921

	2023	2022
<u>Passivo</u>		
<u>Circulante</u>		
Fornecedores		
AES Operações	116	-
Subtotal	116	-
Contas a pagar - Nota de débito (i)		
São Tito	-	322
Santo Onofre I	-	14
Subtotal	-	336
Contas a pagar - Cessão de recebíveis		
São Tito	-	15.862
Subtotal	-	15.862
Dividendos a pagar		
São Tito	4.677	1.363
Subtotal	4.677	1.363
Subtotal circulante	4.793	17.561
<u>Não Circulante</u>		
Contas a pagar - Cessão de recebíveis		
São Tito	22.022	15.917
Subtotal	22.022	15.917
Subtotal não circulante	22.022	15.917
Total do passivo	26.815	33.478
<u>Resultado Financeiro</u>		
Despesa financeira (ii)		
São Tito	(2.238)	(8.002)
Subtotal	(2.238)	(8.002)
Total do resultado	(2.238)	(8.002)

- (i) Refere-se ao saldo do Grupo decorrente do compartilhamento de despesas entre as empresas do mesmo grupo econômico.
- (ii) Refere-se à antecipação de recebíveis efetuados pela Controladora. Para fornecer fluxo de caixa para o pagamento da dívida, a Companhia concede à Controladora direitos creditórios em face dos contratos firmados junto à CCEE, que serão utilizados para a amortização dos contratos dos empréstimos e financiamentos captados pela Controladora. O contrato firmado entre as partes não especifica uma taxa de juros, apenas menciona que ficará em vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração financeira.

5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023			2022	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	23.862	(8.947)	14.915	12.654
Máquinas e equipamentos	4,40%	100.393	(38.229)	62.164	68.554
Imobilizado em serviço		124.255	(47.176)	77.079	81.208
Imobilizado em curso (i)		1.104	-	1.104	2.233
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	2,18%	3.726	(840)	2.886	2.367
Total		129.085	(48.016)	81.069	85.808

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 46 anos e depreciados a uma taxa média de 2,18%.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização (i)	Baixas	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.430	-	-	-	-	4.432	23.862
Máquinas e equipamentos	105.358	-	-	(3.477)	-	(1.488)	100.393
Imobilizado em curso	2.233	3.549	-	-	(253)	(4.425)	1.104
Direito de uso de terreno arrendado	3.129	-	597	-	-	-	3.726
Subtotal	130.150	3.549	597	(3.477)	(253)	(1.481)	129.085
Depreciação/Amortização	(44.342)	(4.747)	103	969	1	-	(48.016)
Total líquido	85.808	(1.198)	700	(2.508)	(252)	(1.481)	81.069

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.430	-	-	19.430
Máquinas e equipamentos	107.822	57	(2.521)	105.358
Imobilizado em curso	1.715	2.534	(2.016)	2.233
Direito de uso de terreno arrendado	3.129	-	-	3.129
Subtotal	132.096	2.591	(4.537)	130.150
Depreciação/Amortização	(38.591)	(6.598)	847	(44.342)
Total líquido	93.505	(4.007)	(3.690)	85.808

- (i) Em dezembro de 2023, com base em laudos de especialistas, a Companhia remensurou a estimativa das provisões para desmobilização, revendo as premissas de acordo com a política contábil do Grupo AES. Dessa forma, houve uma remensuração no montante de R\$2.508.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Reserva celebrados entre a Companhia e as distribuidoras e estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	2023	2022
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	3.499	7.940
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	16.074	14.988
Total passivo	19.573	22.928

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Movimentação
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.126
Adição/Reversão	6.602
Atualização monetária	200
Saldos em 31 de dezembro de 2022	22.928
Adição/Reversão	3.312
Amortização	(6.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.573

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas

Os eventos de Constrained-off ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para as solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

Para as fontes eólicas, as reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica - "ABEEólica" e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - "ABSOLAR", em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de c-off. Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023 foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito é de R\$40.001, representado por 40.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

7.2 Reserva de Lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, em 31 de dezembro de 2023 constituiu uma reserva de R\$787.

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$9.941.

A Companhia é beneficiária de subvenções federais por meio de investimentos realizados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"). Esse incentivo fiscal é válido até 2025 e o resultado contábil anual obtido do incentivo é destinado ao patrimônio líquido em reserva de incentivos fiscais, onde deverá permanecer e não poderá ser utilizado para distribuição de dividendos, foi constituída a reserva de R\$1.703 em 31 de dezembro de 2023.

7.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, houve a destinação de R\$3.314.

8 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças

(PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2023	2022
Contratos de energia eólicos	20.114	24.861
Ressarcimento de energia	3.261	(6.192)
Mercado de curto prazo	19	(5)
Receita operacional bruta	23.394	18.664
(-) PIS e COFINS	(2.164)	(681)
Receita operacional líquida	21.230	17.983

9 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Mercado de curto prazo	(3)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.485)	(1.285)
Taxa de fiscalização ANEEL	(133)	(102)
Crédito de Pis e Cofins	95	-
Subtotal	(1.526)	(1.387)
Custo da operação		
Pessoal e administradores	-	(427)
Serviços de terceiros	(784)	(2.232)
Material	(980)	(1.371)
Depreciação e amortização	(4.749)	(6.612)
Seguros	(411)	(459)
Arrendamentos e aluguéis	(313)	(103)
Contribuições setoriais	-	(13)
Outras receitas (custos) operacionais	(5)	(12)
Subtotal	(7.242)	(11.229)
Total	(8.768)	(12.616)

10 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.315	932
PIS e COFINS sobre receita financeira	(61)	(43)
Subtotal	1.254	889
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento	(343)	(220)
Atualização provisão desmobilização	165	(224)
Atualização ressarcimento	182	(611)
Juros de cessão de recebíveis	(2.238)	(8.002)
Outras despesas financeiras	(213)	(15)
Subtotal	(2.447)	(9.072)
Total	(1.193)	(8.183)

11 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	IRPJ		CSLL	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	10.437	(5.340)	10.437	(5.340)
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(2.609)	1.335	(939)	481
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Adições (exclusões) permanentes:				
Diferença temporária sem diferido constituído	(345)	-	(124)	-
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	886	(1.821)	319	(655)
Outros	-	(523)	-	(198)
Ajuste de impostos				
IRPJ - Subvenções de Incentivos Fiscais	1.703	-	-	-
Ajuste Adicional IR	24	-	-	-
Baixa diferido mudança regime tributário (i)	7.189	-	2.648	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	6.848	(1.009)	1.904	(372)
Composição dos tributos no resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.044)	-	(744)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.892	(1.009)	2.648	(372)
Total	6.848	(1.009)	1.904	(372)

(i) A Companhia possuía um saldo histórico de impostos diferidos passivos, majoritariamente advindos de diferença de taxa de depreciação fiscal e contábil. Em função da mudança do regime de tributação do lucro real para o lucro presumido a partir de 2024, os impostos diferidos passivos foram integralmente revertidos, por não haver expectativa de reversão futura dessa diferença temporária.

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	96	96	141	141	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (investimentos de curto prazo)	3	-	-	11.216	11.216	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	9.290	9.290	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		2.312	2.312	2.471	2.471	Custo amortizado
Total		11.698	11.698	13.828	13.828	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		1.407	1.407	1.176	1.176	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas	4	22.022	22.022	32.115	32.115	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	6	19.573	19.573	22.928	22.928	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		3.417	3.417	2.769	2.769	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	4.677	4.677	1.363	1.363	Custo amortizado
Total		51.096	51.096	60.351	60.351	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

12.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	96	11.357
Investimentos de curto prazo	9.290	-
Contas a receber de clientes	2.312	2.471
Total	11.698	13.828

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	1.407	-	-	-	-	1.407	1.176
Contas a pagar partes relacionadas	22.022	-	-	-	-	22.022	32.115
Passivo de arrendamento	2	6	9	31	3.834	3.882	2.769
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	4.677	-	-	-	4.677	1.363
Total	23.431	4.683	9	31	3.834	31.988	37.423

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizados na projeção corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2023.

(b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (investimentos de curto prazo)	-	11.216
Investimentos de curto prazo	9.290	-
Total	9.290	11.216

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% do investimento de curto prazo e ressarcimento.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Investimentos de curto prazo	CDI	9.290	475	713	949	1.187	1.424
Impacto no resultado			475	713	949	1.187	1.424
Total da exposição líquida			475	713	949	1.187	1.424

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(19.573)	(380)	(570)	(759)	(949)	(1.139)
Impacto no resultado			(380)	(570)	(759)	(949)	(1.139)
Total da exposição líquida			(380)	(570)	(759)	(949)	(1.139)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem

motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.